

Gestão de proximidade é aposta do Governo na sociedade de baixo carbono

18 de Outubro, 2018

A gestão de proximidade “ativa e participada” é uma aposta na sociedade de baixo carbono e pode contribuir para atenuar o processo das alterações climáticas, foi hoje defendido em Oliveira do Hospital, conta a Lusa.

Ao intervir na cerimónia de assinatura de contratos relativos ao aviso do Fundo Ambiental “Educação ambiental + sustentável: promover uma nova cultura cívica territorial”, a secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Célia Ramos, realçou a importância de “restaurar, valorizar e encontrar algo de distintivo” nos territórios.

“A educação ambiental é transversal a toda a política do Ministério do Ambiente”, afirmou, para insistir na necessidade de “uma gestão mais próxima, mais ativa e mais colaborativa” com vista a afirmar “uma nova cultura cívica territorial”.

Além das principais áreas urbanas de Portugal, há uma preocupação “com o resto do território” e com a preservação do seu “capital natural”, incluindo a água, a biodiversidade, o solo e a floresta, entre outros recursos, referiu Célia Ramos, numa cerimónia em que também interveio a diretora do Fundo Ambiental, Alexandra Carvalho.

As candidaturas financiadas por este organismo do Ministério do Ambiente visam promover ações de educação ambiental para “uma alteração de comportamentos e que considerem o ordenamento do território e a conservação e valorização do património” natural, paisagístico e cultural “nas opções diárias” dos cidadãos, segundo uma nota do gabinete do ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes.

Ao abrigo do Programa de Revitalização do Pinhal Interior, serão realizadas em 19 municípios ações previstas nas 14 candidaturas aprovadas, o que representa um financiamento na ordem dos 430 mil euros do Fundo Ambiental. Para o Pinhal Interior, tinham sido apresentadas 18 candidaturas, concebidas por autarquias, associações e empresas envolvidas na promoção da cultura cívica ambiental.

“É preciso procurar uma nova cultura cívica no nosso território”, defendeu, por seu turno, o presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, no distrito de Coimbra, José Carlos Alexandrino. Na sua opinião, “qualquer cidadão informado vale por dois”, já que as pessoas “estão cada vez mais expostas a fenómenos naturais” extremos, como incêndios, inundações e tempestades. “Não nos podemos lembrar de Santa Bárbara só quando troveja”, sendo necessário investir na prevenção e na educação cívica, afirmou o autarca.

O Fundo Ambiental, criado em 2016, aposta na construção de “uma sociedade de

baixo carbono e eficiente na utilização dos seus recursos”, disse Alexandra Carvalho. A diretora do fundo salientou que “a mudança de comportamentos é mesmo a pedra de toque” para que “não se extinga a espécie humana”. Importa “mudar o curso da história do planeta nas próximas décadas”, através da promoção de uma nova cultura cívica, desde logo nos territórios afastados dos grandes centros urbanos, sublinhou.

A sessão, no salão nobre dos Paços do Concelho de Oliveira do Hospital, foi apresentada pela professora universitária Dulce Pássaro, presidente da Assembleia Municipal e antiga ministra do Ambiente num governo de José Sócrates.

Em 2018, foram mobilizados cerca de 1,5 milhões de euros para a educação ambiental, “matéria considerada transversal às políticas do Ministério do Ambiente e da Transição Energética”. Aprovada pelo Governo, em junho de 2017, a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020) visa promover “uma maior consciência ambiental, estimulando as competências, os valores e as atitudes da população no sentido de se projetar uma sociedade de baixo carbono, racional e eficiente na utilização dos seus recursos”.